

## VI SIMPÓSIO DE PROJETOS DO PPGEEB

### O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A SELETIVIDADE ALIMENTAR: UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SENATORE, Giulia<sup>1</sup>  
CRISTOFOLETI, Rita de Cassia<sup>2</sup>

#### Resumo

Crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista podem apresentar uma relação conturbada com a comida por conta de vários fatores ligados à refeição ofertada. Diversos problemas são criados quando a dieta é restritiva. E dentro do âmbito da alimentação no contexto escolar, essa seletividade pode trazer vários empecilhos para a escola e para quem fica responsável pelo aluno. Nesse contexto, essa pesquisa pretende investigar se há dificuldades nas escolas de educação infantil em trabalhar com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista que apresentem seletividade alimentar. A coleta dos dados será feita a partir de um estudo de caso, com uma pesquisa de campo, em um Centro de Educação Infantil Municipal, na cidade de São Mateus, Espírito Santo. O trabalho irá buscar compreender todo o dinamismo da criança dentro do viés da alimentação e do TEA, por isso, a conversa com a família é significativa, para entender como foi o processo da gravidez, da amamentação e da introdução alimentar, que são fatores, como descritos anteriormente, importantes para o desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. Conjuntamente, o relato das professoras e cuidadoras que são responsáveis pela alimentação no contexto escolar também são considerados elementos importantes para o processo da pesquisa. O estudo utilizará como procedimento metodológico a observação participante e a entrevista semiestruturada, que será gravada e transcrita. Com uma análise rigorosa dos dados coletados, com base nos parâmetros vistos na literatura, gerará um relatório descritivo com a geração de novos dados, contemplando todas as informações necessárias para contribuir com soluções em relação ao problema do trabalho em questão.

**Palavras-chave:** Nutrição. Educação Infantil. Alimentação. Seletividade Alimentar. Transtorno do Espectro Autista.

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [nutrisenatoregiu@gmail.com](mailto:nutrisenatoregiu@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [rita.cristofoleti@ufes.br](mailto:rita.cristofoleti@ufes.br)

## **Introdução**

Essa pesquisa pretende investigar se há dificuldades nas escolas em trabalhar com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista que apresentem seletividade alimentar. A intenção é verificar se essas crianças comem sozinhas ou se são alimentadas pelas professoras ou cuidadoras, e se estas possuem desafios na hora de fazer o aluno comer devido a recusa de alimentos ou por outros motivos relacionados ao transtorno do espectro autista (TEA). Outro ponto a ser verificado seria através dos relatos das responsáveis, se estas apresentam algum tipo de instrução para lidar com as situações que podem acontecer nas escolas.

A ideia desse projeto surgiu devido aos meus estágios de nutrição social em que realizamos visitas a diversas escolas e de diversas faixas etárias, para falar sobre alimentação saudável com as crianças. Nesses encontros pude observar a interação entre os cuidadores e as crianças com TEA e pude perceber que apresentavam dificuldades de alimentá-las no horário do intervalo, pois elas não paravam quietas, e fora que era uma comida diferente do que os outros alunos estavam comendo.

Me perguntei de onde vinha aquela comida específica, se era feita na escola, se os pais enviavam de casa? E se toda vez eles só comiam determinado tipo de alimento, ademais se cada hora da refeição era uma dificuldade para fazê-los comer? Logo considerei que esses aspectos poderiam afetar na questão da nutrição e - mesmo na questão educacional – e que existe uma área da nutrição que busca melhorar os sintomas do TEA através de uma mudança de alimentação.

Outra experiência foi nas escolas que fomos, as crianças que tinham TEA possuíam cuidadores e ficavam mais afastadas das outras crianças e várias vezes tentaram pegar algum dos alimentos que levamos para apresentação, desde laranjas até pacotes de bolacha. Um menino específico, depois que acabou nossa apresentação não queria mais ficar na sala de aula, ficou aborrecido e insistiu no pacote de bolacha até oferecermos para ele.

Ademais tive a oportunidade de ministrar a matéria de Nutrição Materna Infantil para o curso de Nutrição no Ensino Superior, que me proporcionou aprofundar este tema, e estudei sobre a formação do comportamento alimentar infantil, que me aproximou da temática sobre crianças seletivas em relação aos alimentos.

A partir dessas inquietações me propus a aprofundar mais meus conhecimentos em relação ao TEA e a seletividade alimentar. Nesse sentido, me baseio que a parte da primeira infância seja crucial para introdução de experiências relacionadas à alimentação, ao descobrir cores, sabores, texturas etc. E, por isso, é tão interessante trabalhar esses temas juntamente às escolas.

Paralelamente, busquei conhecer a legislação pertinente sobre Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e o Plano Nacional de Alimentação Escolar (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009).

A princípio os casos clínicos, hoje conhecidos como transtorno do espectro autista, eram diagnosticados como “demência precoce”. Em 1942, o psiquiatra austríaco Kanner definiu a sintomatologia do autismo através da realização de uma pesquisa publicada com 11 crianças. Essa pesquisa apresenta uma das primeiras descrições da sintomatologia do autismo (Gonçalves et al, 2017).

Além da mudança de nomenclatura ao longo dos tempos, as causas, o diagnóstico e o tratamento também sofreram modificações. E até hoje existem divergências em relação à etiologia do autismo, tanto por parte da medicina, como por parte da psicanálise. Por isso, é considerado que sua causa é multifatorial e engloba diversas causas relacionadas.

Em 2014, através da quinta edição do Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais do *American Psychiatric Association* foi definida a terminologia como espectro.

A partir do acréscimo deste termo, muda-se a visão do transtorno, tendo em vista a abrangência em relação aos sintomas e como se manifesta em cada indivíduo, tornando-o único dentro do espectro.

O TEA foi associado a diversos sintomas clínicos, tendo sua principal característica o isolamento desde o princípio. Não determinado apenas por isso, o quadro clínico pode envolver problemas de relação, retardo na obtenção da fala, rotinas rígidas, ecolalia, brincadeiras repetitivas e estereotipadas, entre outros, assim como podem desenvolver problemas ligados à alimentação.

O diagnóstico pode ser feito com segurança aos 2 anos de idade, em contrapartida não é visto isso na prática, pois normalmente há a demora no diagnóstico (Guimarães; Carmo; Curcio, 2019).

Por conseguinte, é importante o acompanhamento através de consultas rotineiras para acompanhamento do desenvolvimento e crescimento infantil e

qualquer sinal de sintomas, é primordial avisar aos profissionais para possível investigação.

Crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista podem apresentar uma relação conturbada com a comida por conta de vários fatores ligados à refeição ofertada. Desde a aparência, até a textura do alimento, pode ser rejeitada. Segundo Paula et al. (2020, p. 5018) “é conhecido que as crianças autistas são muito seletivas e persistentes ao novo, dificultando a inserção de novas experiências com alimentos, mantendo a ingestão de substâncias já conhecidas tanto pelo paladar quanto pela cor e consistência”.

Esse sintoma pode ser chamado de Seletividade Alimentar, onde há a resistência, o desinteresse e a recusa de uma determinada alimentação. “Além disso, a seletividade alimentar pode estar associada aos interesses rígidos e restritos característicos do comportamento autista” (Lázaro; Caron; Pondé, 2018, p. 25).

A rejeição a certos tipos de alimentos pode ser por conta do consumo restrito de alimentos, hábitos repetitivos e hipersensibilidade sensorial. A cor, odor, temperatura, textura, aparência, apresentação e até a embalagem podem comprometer a vontade de comer (Moraes et al, 2021).

O processo de alimentação pode iniciar-se dentro da barriga da mãe, através de odores dos alimentos ingeridos pela mãe. Porém, o papel mais importante para melhores hábitos durante toda a vida depende da amamentação do recém-nascido e da introdução alimentar adequada após os 6 meses de idade.

A amamentação além de criar laços profundos na relação mãe e filho, pode favorecer uma dieta diversificada. Além disso, a introdução deve ser feita de maneira adequada a idade e ao desenvolvimento desses hábitos que serão levados adiante na vida da criança.

A introdução alimentar é a porta de entrada para diversos sabores e odores novos, a partir disso é possível ofertar o mesmo alimento diversas vezes, em diversas preparações e texturas para que o bebê se acostume com o gosto e o sentimento que o comer traz.

Diversos problemas são criados quando a dieta é restritiva, quando apenas alguns alimentos, em certas texturas e tipos, são ingeridos. Não há diversidade e vários estudos mostraram que a maioria desses alimentos mais aceitos, são

alimentos de menor qualidade e maiores em valor energético, que pode além de tudo gerar um sobrepeso ou uma obesidade (Moraes et al, 2021).

Devido a essa intolerância, é possível que vire um problema no horário de comer, pois as crianças podem ter comportamentos agressivos e se recusar a comer, brigar e fazer birras que a estressam e atrapalham sua nutrição e saúde mental.

A recusa de alimentos e o hábito de comer por repetição pode comprometer o desenvolvimento e crescimento infantil, gerar uma desnutrição e até mesmo atrapalhar o desempenho escolar.

Desse modo, quando a criança entra no período escolar, sendo assegurada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 em que é dever da comunidade escolar e de outras instâncias proporcionar uma educação de qualidade a pessoa com deficiência e protegendo-a de violência, negligência e discriminação, de maneira que TEA entra como deficiência pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Então pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considera-se um “profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”. Entretanto, se este aluno apresentar a seletividade alimentar, pode trazer vários empecilhos para a escola e para quem fica responsável por ele.

A alimentação realizada dentro da escola é disponibilizada pela merenda escolar, pela qual o profissional da nutrição é responsável. Essa merenda é financiada pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. O PNAE tem como objetivo a segurança alimentar e nutricional, e a garantia do direito humano à alimentação adequada disposto na Constituição de 1988.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 além de falar sobre o financiamento da alimentação para as escolas, também impõe alguns critérios como por exemplo em seu Art. 2º Parágrafo I:

I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em

conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (Brasil, 2009).

Porém, muitas das vezes, o cardápio coordenado pela nutricionista daquela região, pode não ser planejado pensando em tudo que afeta um aluno com autismo em relação ao sensorial. Fora que as cuidadoras/professoras que estejam encarregadas de alimentar esse aluno, pode não ter preparação para lidar com a situação, o que estressa a escola e os escolares.

Então essa pesquisa visa investigar as dificuldades encontradas nas escolas de Educação Infantil em trabalhar com crianças diagnosticadas com transtorno do espectro autista que apresentem seletividade alimentar, para conseguir compreender quais os impasses da seletividade alimentar dos alunos com TEA a partir da observação e da fala das professoras, cuidadoras e da família e analisar quais estratégias a escola utiliza em relação ao que foi abordado. Para que seja possível contribuir nas resoluções para os problemas encontrados, tanto para assistir a escola, quanto para melhorar a qualidade de vida desses alunos.

## **1 Desenvolvimento**

A coleta dos dados será feita a partir de um estudo de caso, com uma pesquisa de campo, em um Centro de Educação Infantil, na cidade de São Mateus, Espírito Santo.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa que consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É tipo uma pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade, etc. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 60).

A seleção do caso será de maneira em que será 1 criança necessariamente diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, entre 2 e 5 anos, com problemas na alimentação e que permita o acesso à pesquisa.

A pesquisa aplicada, no âmbito de buscar novos conhecimentos, sucederá dentro da própria escola, a partir do método de entrevista semiestruturada. A pesquisa contemplará 4 pesquisados, sendo uma criança, uma pessoa da família da criança, a professora dela e a cuidadora responsável pela hora de refeição dessas crianças, ademais será feito a observação das crianças, dentro do horário da refeição da escola e do objeto a ser estudado: dificuldade de alimentação de alunos

com Transtorno do Espectro Autista. Os dados coletados por meio da observação participante serão anotados em diário de campo.

A entrevista semiestruturada possibilita a abertura para uma discussão muito importante em relação ao tema, por conta que não é uma conversa engessada e abre portas para a reflexão por parte do entrevistado (Fraser; Gondim, 2004).

A exploração do tema realizar-se-á de caráter qualitativo com base exploratória, através da observação, escuta e entendimento do que será encontrado durante a pesquisa, a fim de identificar como a alimentação é feita, as dificuldades encontradas e como solucionam.

Após permissão da escola e a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética (CAAE: 80819224.6.0000.5063), foi assinado o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido pela família, professoras e cuidadoras, que aceitaram fazer parte da pesquisa. A obtenção da assinatura do Registro de Assentimento Livre e Esclarecido não foi realizada pela criança participante da pesquisa, levando em consideração sua idade. Foi feita a leitura do convite em formato de slides para a obtenção de seu aceite na presença de uma testemunha. A mãe da criança assinou o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação da criança. E após será marcado com cada membro participante um horário para que seja possível realizar a entrevista e a observação participante.

Para coletar os dados aplicar-se-á alguns questionamentos abertos para que os entrevistados tenham liberdade para expor o assunto de forma completa.

O trabalho irá buscar compreender todo o dinamismo da criança dentro do viés da alimentação e do TEA, por isso, a conversa com a família é significativa, para entender como foi o processo da gravidez, da amamentação e da introdução alimentar, que são fatores, como descrito anteriormente, importantes para o desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. Conjuntamente, o relato da professora e cuidadora que são responsáveis pela alimentação no contexto escolar. Todas essas questões serão abordadas dentro da entrevista semiestruturada.

As entrevistas serão gravadas e depois transcritas pela pesquisadora para reflexão e comparadas com os problemas sugeridos a partir deste trabalho. Cada fala será interpretada para nos dar viés da situação encontrada no estudo de caso.

Será feito também uma pesquisa sobre as leis vigentes para investigar se há base em relação a uma alimentação específica para eles ou se não possuem nada em relação a este assunto.

Os dados serão primários e realizados pela própria pesquisadora. Por meio da análise de conteúdo, serão divididos em temas e subtemas de acordo com os assuntos apresentados (por exemplo): tipo de refeição, se é a mesma oferecida na merenda, como é a hora do intervalo, se tem cuidadoras para cada um, se apresentam rejeição de alimentos, preferência de comida, as dificuldades e estratégias das cuidadoras e se possuem instruções e leis e direitos dos autistas.

A análise de conteúdo baseia-se em verificar a transcrição da entrevista, dividir em temas orientadores, como os exemplos dados anteriormente, e então a reflexão de cada divisão. Segundo Bardin (2011, p.38) “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos (sic) de descrição de conteúdo das mensagens”.

## **2 Considerações finais**

Com essa análise rigorosa de todos esses dados coletados, com base nos parâmetros vistos na literatura, teremos um relatório descritivo com a geração de novos dados, contemplando todas as informações necessárias para contribuir com soluções em relação às dificuldades encontradas nas escolas e conseguir compreender quais os impasses da seletividade alimentar dos alunos com TEA e analisar as possíveis estratégias que a escola utiliza.

Para que, então, seja possível contribuir nas resoluções para os problemas encontrados, tanto para assistir a escola, quanto para melhorar a qualidade de vida desses alunos.

## **Referências**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. 2009.



BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 139-152, 2004.

GONÇALVES, Amanda Pilosio et al. Transtornos do espectro do autismo e psicanálise: revisitando a literatura. **Tempo psicanalítico**, v. 49, n. 2, p. 152-181, 2017.

GUIMARÃES, Lucimeia Ribeiro Brandão; CARMO, Vânia Márcia; CURCIO, Fernanda Santos. Considerações sobre a demora no diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atuação da enfermagem. **Acta Scientia Academicus: Revista Interdisciplinar de Trabalhos de Conclusão de Curso (ISSN: 2764-5983)**, v. 4, n. 03, 2019.

PEREIRA, Emily Dias Monteiro; FERREIRA, José Carlos de Sales; FIGUEIREDO, Rebeca Sakamoto. Seletividade alimentar em crianças pré-escolar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e546111436894-e546111436894, 2022.

LÁZARO, Cristiane Pinheiro; CARON, Jean; PONDÉ, Milena Pereira. Escalas de avaliação do comportamento alimentar de indivíduos com transtorno do espectro autista. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 20, n. 3, 2018.

MORAES, Lilia Schug de et al. Seletividade alimentar em crianças e adolescente com transtorno do espectro autista. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 12, n. 2, p. 42-58, 2021.

PAULA, Fernanda Mendes de et al. Transtorno do Espectro do Autismo: impacto no comportamento alimentar. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 5009-5023, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.